1

A Violência Visível e Invisível: uma breve aproximação

1.1

Implicações Relacionais da Violência Contra a Mulher

As mulheres perdem a vida em maior número dentro dos seus próprios lares, devido as ações de violação de seus direitos por parte de seus parceiros íntimos. Está-se diante de um processo de socialização masculina que internaliza um papel social de gênero masculino que o encoraja à agressividade, a uma ênfase em conquistas, e à desconexão entre emocional e relacional (Alvim & Souza, 2004).

Diante dessa afirmação, Medrado e Mello (2008) estendem a compreensão do tema, trazendo outro ângulo de reflexão. Dizem eles:

Os homens estão colocados no contexto da violência em diferentes lugares, inclusive muitas vezes como produto-alvo de padrões de subjetivação orientados por modelos de gênero e de relações hierárquicas de poder que definem a dominação masculina sobre as mulheres. Ou seja, o mesmo sistema de poder que autoriza os homens a agirem de modo agressivo e fazer valer os seus direitos sobre as mulheres em nome da honra é o mesmo sistema de poder que os coloca em situação de vulnerabilidade (2008, p. 80).

Souza (2005) por sua vez afirma: “O homem é mais vulnerável à violência, seja como autor, seja como vítima”.

Os altos índices de violência geram gastos financeiros e emocionais que poderiam ser “reduzidos à medida que as práticas de virilidade que ocasionam tais lesões e agressões também diminuíssem” (Mello, et al). Isso provoca a necessidade de repensar novas propostas que impliquem considerar a violência masculina como sendo expressiva não simplesmente para justificar acréscimos de investimentos financeiros, mas para que a constatação dessa conjuntura acompanhe medidas que criem estruturas na “desnaturalização dos modos de ser masculino e feminino” questionando “os modelos violentos culturalmente legitimados e aceitos de resolver conflitos” (Idem).

Schraiber (2005) pondera:

Apesar da constatação de que a violência é marca identitária da masculinidade hegemônica, vale dizer que não se deve fixar estereótipos: o homem como eterno agressor e a mulher como vítima. Do ponto de vista da Saúde Coletiva, no entanto, tampouco se pode desconsiderar a diferença das magnitudes encontradas e dos comportamentos que predominam, sobretudo no que diz respeito a propostas de prevenção e combate às violências (Schraiber, 2005, p.13).

Com isto ressalta-se que na esfera doméstica cada membro articulador familiar tem sua parcela de envolvimento na situação, ainda que seja por distintas atuações no âmbito da unidade doméstica e familiar, quer seja agente influente ou como agente suprimido.

A violência como produto de relações sociais permite ampliar ressignificações focais dos atores envolvidos na busca do zelo pelos Direitos Humanos e valorização deles nos diferentes níveis institucionais. Neste caso requer-se os Direitos Humanos entre eles os direitos sociais para assegurar a cidadania com ênfase na participação ativa na promoção do bem da coletividade.

O desafio primeiramente posto ao Estado é que exerça eficientemente o seu papel de assegurar proteção à família, por intermédio da aplicação de medidas dirigidas ao compromisso com os Direitos Humanos, e em seguida o desafio de assistir os membros familiares, o direito de viver sem violência, garantindo, então, a efetivação da dignidade humana. É dever do Estado, portanto, coibir e prevenir a violência no âmbito das relações familiares. Entretanto, isto cria um desafio: o de imbricar os espaços público e privado.

Há outro desafio, pedagógico, de formação integral das pessoas envolvidas no âmbito da unidade doméstica, familiar ou de relação íntima de afetos, mais conscientes da dignidade da condição humana de cada sujeito, neste contexto de relações co-atuantes e contributivas na edificação de uma sociedade mais igualitária, ou seja, em condições de igualdade, respeitando as diferenças de cada singularidade presente.

A importante discussão levantada por Miriam Grossi (1998) baseada nos estudos de identidade e gênero⁸ mostra que a identidade sexual vai além de uma questão de genitais (sexo) e de papéis sociais.

Dois fatores históricos que vão precipitar o surgimento dos debates sobre esse problema são as lutas libertárias em todo o Ocidente inspiradas pelos *L'évenements* de 1968 e a conseqüente reflexão sobre o papel da mulher nestes movimentos, pois a virgindade, o casamento e a reprodução sem prazer ainda eram temas tabus que mostravam as formas sexistas de participação imputadas às mulheres.

Segundo esta autora não há necessidade de apelar-se à existência de um terceiro gênero para dar conta da diversidade sexual, pois gênero representa um conjunto de formulações, idéias, práticas coletivas com vistas à formação dos papéis sexuais, algo que na sua origem vai além dos dois sexos porque não diz respeito à biologia; a idéia de sexo na biologia, aliás, nada tem que ver com gênero, sendo preciso considerar os gêneros como socialmente mutáveis (Grossi, 1998).

Segundo uma pesquisa comparativa da realidade das DEAMS de Florianópolis e de Manaus (Wiggers, 2008) observou-se que as queixas ali recorrentes de violência doméstica buscam uma resolução social, mais que policial, embora essa não seja a finalidade para a qual estas instâncias foram criadas. Parece que, enquanto o problema da violência conjugal não for considerado através de uma abordagem psicossocial nada se consegue avançar com a pura criminalização da violência:

A maioria das mulheres que procura a delegacia [em Manaus], o faz no intuito de resolver seu problema doméstico de forma não jurídica, semelhante ao que pude observar na pesquisa em Florianópolis há 10 anos. (...) Estes exemplos são indicativos de que discutir violência doméstica traz à tona outra discussão sobre os limites da intervenção do Estado nas relações pertencentes ao universo privado, às relações familiares (Wiggers, 2008, pp.3-4).

Um saber intuitivo do assunto aponta que o conjunto da família é afetado pela violência conjugal, atingindo o rendimento escolar das crianças que a

⁸ O texto de Joan Scott intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” é a referência básica para esta concepção. Elizabeth de Souza Lobo foi quem a divulgou inicialmente no Brasil através de um texto apresentado na ANPOCS em 1987- Informação Grossi.

presenciam, embora a pesquisa de Brancalhone e Cols. (2004) tenha alcançado resultados que comprovem não haver necessariamente essa relação.

Segundo Stoller (1993) há uma série de fatores encadeados na formação do que chama identidade de gênero que vai da força biológica trazida pelos genes, às expectativas dos pais ao saber do sexo da criança, passando por fenômenos biopsíquicos como o chamado *imprinting*, até o desenvolvimento de um ego corporal. Segundo este autor a ênfase dada aos participantes sociais na formação do gênero imprime uma identidade.

Como reitera Bourdieu (1989) a força da dominação masculina vem de sua não questionada arbitrariedade, ela dispensa justificção e se toma neutra, natural, mesmo na linguagem cotidiana, na qual as palavras “femininas” são apresentadas como opostas ao masculino. O gênero feminino na linguagem é sempre precedido pelo masculino a quem se dá um caráter universal através da fórmula “o(a)”.

Ao associar a ereção fálica à dinâmica vital do enchimento, que é imanente a todo o processo de reprodução natural (germinação, gestação etc.), a *construção* social dos órgãos sexuais *registra* e *ratifica* simbolicamente certas propriedades naturais indiscutíveis: ela contribui, assim, juntamente com outros mecanismos, dos quais o mais importante é, sem dúvida, como vimos, a inserção de cada relação (cheio/vazio, por exemplo) em um sistema de relações homólogas e interconectadas, para converter a arbitrariedade do *nomos* social em necessidade da natureza (*physis*) (Bourdieu, 1989, p. 22) [Grifos do autor].

O pesquisador Robert Connel (1995), ampliando a reflexão sobre este tema, chega a propor o conceito de *masculinidades*, paralelo às discussões sobre gênero para falar de como as diferenças sexuais biológicas são inseridas nas práticas sociais e construídas em um processo histórico. Com o termo masculinidade se dá ênfase à participação, no mesmo contexto social, de diferentes posições de ser homem, que podem inclusive subordinar outras masculinidades. Masculinidade também dá ênfase ao conceito de gênero, que é sempre contraditório e por isso mesmo dinâmico: masculino e feminino não estão separados nas pessoas, não estão em oposição a não ser numa forma sexista de ver.

O termo masculinidade também deixa claro que as práticas sociais são carregadas de significados e que estes podem escapar à compreensão dos praticantes, tornando-se em papéis que os escravizam:

Falar de prática significa enfatizar que a ação tem uma racionalidade e um significado histórico. Isso não significa dizer que a prática é necessariamente racional. Não pensaríamos no estupro, no assédio sexual ou no espancamento de mulheres como atos “racionais”; mas a violência sexual tampouco é uma explosão insensata de raiva interna. Como a pesquisa feminina tem mostrado, a violência sexual é uma ação competente; ela é, em geral, propositada e tem como objetivo a manutenção da supremacia masculina. Daí a ênfase no trabalho de prevenção com homens violentos, para que eles assumam a responsabilidade por suas ações (Connel, 1995, p. 188) [Grifo do autor].

Estudando planos de enfrentamento a violência no mundo Minayo e Souza (1999) chegam a conclusão de que as propostas de prevenção da violência tem em comum a exigência de serem desenvolvidas por políticas intersetoriais que abranjam diversos contextos e atinjam todos os sujeitos que sofrem ou provocam violência.

Apesar da indignação que sentimos diante do agressor é preciso poder ouvir suas razões e suas motivações, seus medos, inseguranças e dependências e ajudá-lo para que ele possa dar-se conta delas. É importante lembrar que na esfera doméstica cada um tem sua parcela de envolvimento, por diferentes formas de atuação ou omissão, portanto todos devem ser assistidos, se quisermos transformar padrões de comportamento. Ações punitivas e restritivas podem ser importantes à segurança, mas a interação com o problema através de uma abordagem terapêutica não pode ser negligenciada ou substituída por tais medidas. (MS, 2001, p.66)

Cabe, portanto, a partir das considerações feitas apurar a curiosidade em saber como estão sendo desenvolvidas na rede de atendimento para erradicação do ato ofensivo do homem contra a mulher, na cidade de Manaus, as ações de reeducação e re-socialização do autor da violência doméstica e familiar.

Estar-se direcionando o olhar apenas para uma parte do problema da violência doméstica no que diz respeito às mulheres e a um aspecto da violência contra as mulheres no espaço doméstico, a partir do autor de violência. No entanto, a escassez de pesquisas que tenham como foco o perpetrador da violência doméstica contra a mulher também justifica a pertinência de realizarem-se estudos nesta direção (Alvim e Souza, 2004; Grossi, Minella, Losso, 2006; Amorim, 2007; Acosta E Becker, 2003; Nascimento, 2003; Alvim e Souza, 2004; Lima, 2008; Cordeiro, 2008; Marques, 2008, 2009).

Estudar violência conjugal adotando esta perspectiva é um desafio, e os autores sabem disso. Considerando o peso da tradição, as dificuldades não se limitam à resistência dos sujeitos [...], mas se estendem à resistência na academia onde predomina uma visão sobre gênero que se satisfaz apreendendo apenas uma parte

do amplo e complexo espectro de relações que constitui a violência conjugal (Alvim, Souza, 2004, p. 17).

Neste sentido, o texto que se segue é uma tentativa de perscrutar a realidade local, concatenada na fala de Gonçalves (2003), buscando visualizar a construção social de uma sociedade violenta se dá num processo que é cultural e histórico, assim também deve ocorrer sua desconstrução a partir das implicações relacionais da violência de gênero.

Na mesma linha de raciocínio Saffioti (2005, p.25) afirma:

A interpretação do caráter relacional do gênero, todavia, deixa, muitas vezes, a desejar. Certas (os) estudiosas (os) parecem pensar que basta fazer a afirmação, ou seja, que ela não pede uma inflexão do pensamento. Defende-se, neste trabalho, a idéia de que se, de uma parte, gênero não é tão-somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, de outra, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento, que pode, perfeitamente, se fazer presente também nos estudos sobre mulher. Na verdade, quando aqui se valorizam esses estudos, pensa-se em animá-los com a perspectiva de gênero. A história das mulheres ganha muito com investigações deste tipo. É possível que haja caminhos para eliminar esta dualidade. As teorias formuladas até hoje, porém, não lavraram este tento.

Gênero diz respeito à construção social das representações do masculino e do feminino, imbricadas e em mútua relação de reciprocidade. Isto é, pensar o masculino invocando o feminino, ainda que se projete uma “sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes.”

Esta última observação tomada numa perspectiva política nos reporta que “diferente faz par com idêntico. Já igualdade faz par com desigualdade” (Saffioti, 2005, p. 22) e que fazem interfaces e interagem as práticas sociais de mulheres e homens apresentando particularidades no que se refere às diferenças, biológicas, históricas e participativas nas instâncias privadas e públicas, e que se constroem num processo de determinações que se integram, sejam em suas dimensões sociais, culturais e comportamentais.

Nascimento⁹ (2009) em entrevista à revista *Época* sobre o engajamento masculino no combate à violência contra as mulheres afirma: “Se os homens são

⁹ Coordenador da *Menengage Alliance*, uma rede mundial de mais de 400 ONGs e agências da ONU que fomenta o engajamento masculino na busca pela equidade de gênero. No Rio de Janeiro dirige a ONG-Instituto Promundo, que juntamente com o Centro Internacional de Pesquisa sobre

parte do problema, também têm de ser parte da solução”, fomentando o debate sobre o envolvimento do homem em torno das discussões da violência contra a mulher, com o objetivo de serem aliados na promoção de uma nova cultura. O autor acredita que se a perspectiva masculina não for trazida para o debate, o avanço será pequeno, e, mais ainda, proteger a vítima é de suma importância e responsabilizar o homem agressor implica na sua inserção das ações de enfrentamento a violência doméstica e familiar, aliás como contempla a LMP (2006). O homem carece de intervenção, pois ausente esta atenção a tendência é que ele mantenha o mesmo comportamento agressivo.

Seguramente esta relação de violação de direitos ganha maior ampliação de possibilidades de desconstrução quanto mais se souber dos mecanismos envolvidos na dinâmica da problemática da violência como questão relacional de gênero, através de crescentes estudos (Acosta; Barker, 2003. Medrado; Lyra, 2003. Grossi; Minella; Losso, 2006. Lima, 2008. Marques, 2009).

A violência é um fenômeno difuso complexo, multicausal de raízes biológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas, cuja definição não pode se limitar apenas a um consenso científico, mas deve ser compreendida também como sendo uma questão subjetiva (Lima, 2009; OMS). No fenômeno da violência o objetivo e o subjetivo se encontram, o geral e o particular. Se fazem presentes.

Dada a essa complexidade destacam-se esforços na promoção da saúde, na prevenção da violência procurando a edificação de uma cultura da paz voltada para a população, baseando-se na intra e inter-setorialidade das políticas e interdisciplinaridade de áreas de conhecimento.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência pode ser definida: como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou comunidade, que resulte ou possa resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Aproximadamente, a cada ano, os eventos violentos são responsáveis por mais de

Mulheres, de Washigton DC(EUA) uniram-se em defesa de questões relacionadas à igualdade de gênero com o foco os homens e os meninos.

um milhão de mortes, sendo a maior parte deles ocorridos entre pessoas em idade produtiva, sendo os homens as vítimas mais frequentes (SPM/PR, 2011).

Entretanto, com vistas aos fundamentos expostos frente violência de homem contra a mulher, deve-se considerar e efetuar alguns apontamentos acerca disso.

Violência segundo Chauí (1998) caracteriza-se por todo ato que vai de encontro à liberdade e à vontade de alguém, podendo ser de ordem física ou psíquica. Ou ser considerada como sinônimo de agressão (Williams, 2008), podendo se expressar de várias formas através de atos brandos ou intensos violentos contra a mulher, correspondendo a uma condição singular, porque reconhecida como violência conjugal revestida do silêncio.

Bentes (2005, p.105) afirma que: “dentre as diversas formas de opressão contra a mulher na sociedade, a violência [aqui entendida no sentido físico] é uma das mais presentes [...] expressa uma relação de desigualdade no qual prevalece o poder do homem, do macho sobre a fêmea”. Essa desigualdade de gênero perpassa a classe social, raça ou idade, denunciando então uma convivência social construída ao longo dos tempos.

Hermann (2008) advoga que esse processo se deu paulatinamente após a descoberta da função reprodutora do homem, quando eximido do fato biológico sacralizava a mulher como superior, pelo poder de gerar vidas, ocasionando ao homem um papel de posição marginal. Isso passa a mudar com a diminuição da oferta de alimento e as necessidades de ampliar a posse de terras férteis e também a necessidade da caça de animais de grande porte, pelas lutas pelo espaço, compatíveis à força física própria do homem – assim, favorecido dessa herança, cria-se uma socialização masculina de comportamento violento, num primeiro momento por uma luta pela sobrevivência, depois pelas relações entre homem e mulher.

Essa descoberta gera o marco da dinâmica de transição da trajetória histórica do poder político matriarcal, dessacralizando o útero, para a vigência do patriarcado, transformando as relações numa cisão: homens e mulheres, espaço de domínio público e reclusão residencial, relação de dominantes e dominados. Com

efeito, “Estava plantada a semente da violência no seio das relações de gênero” (Idem, 2008, p.52).

A Violência de gênero abrange uma violência contra o feminino além da mulher individual. No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, a tolerância social para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homem exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo este necessidade de fazer uso da violência. Nada impede, embora seja inusitado, que uma mulher pratique violência física contra seu marido/companheiro/namorado. As mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença. Com relação a crianças e a adolescentes, também as mulheres podem desempenhar, por delegação, a função patriarcal. Efetivamente, isto ocorre com frequência (Castaneda, 2006).

Nas patriarquias, onde o domínio do homem e a sujeição das mulheres constituem regras (Johnson, 1997), gerou-se o *power-over*, chamado pelas feministas. Esse exercício de poder-sobre aplica-se, entre várias formas diferentes, nas relações sociais, desempenhando um papel significativo na desigualdade e no conflito. Pois, a forma como se encara determinado contexto, afeta profundamente, o modo de pensar e de funcionamento do sistema social-cultural. Ocorrendo na atual ordem política de gêneros androcática e androcêntrica, entendendo aquela baseada no princípio da dominação do homem e posterior, na atenção e importância dada ao que ele faz, “também marcado pela dominação e violência que têm origem na cultura e instituições do patriarcalismo.” (Castells, 2001, p. 168).

Androcático se refere ao exercício do poder por ordem direta, a um regime de mando no qual prevalece o poder masculino; ao tratar-se de androcentrismo refere-se a um modo de ver, que não é escasso nas ciências sociais, o de crer na

importância do masculino como idéia “tratora”, à semelhança de algumas representações sociais, um significante poderoso, mágico, que explicaria tudo em volta, menos a si próprio.

Segundo Boaventura de Souza Santos (2005) nas relações reguladas por uma troca desigual, o poder se manifesta na interação com pessoas, na esfera estatal, política e etc, vislumbrando uma troca, essa resultará na balança de doses maiores ou menores de dominação. Nesse mapeamento estrutural das interações, tanto internas quanto externas de poder categorizado, conduz-se à simples dedução: que nessa dinâmica complexa de trocas a desigualdade multiplica-se marcando a própria desigualdade de troca na relação conjugal.

Na moderna sociedade globalizada a par dos muitos benefícios como a facilidade de comunicação, meios de transportes, entre outros, observa-se também que os problemas são globais, haja vista a violência doméstica, ou, direcionando melhor, à violência contra a mulher que necessita romper, especialmente por independência financeira, ou por intermédio da mudança de personalidade a relação de reprodução patriarcal (Idem, p. 264).

Voltando-se ao contexto histórico, em uma sociedade globalizada, ou *líquida*, no dizer de Bauman, porque se esvai com facilidade, onde o acúmulo de capital é visto como premissa de toda e qualquer operação, não se relativizam os efeitos da maior concentração de capital no controle de poucos (Bauman, 1999; Demo, 2003). Com efeito, nessa má distribuição de rendas, na qual se ajuda a produzir mais pobreza e falta de desenvolvimento é que se vêem os traços da expansão a que as subjetividades estão submetidas: acumula-se capital, escoam-se os sujeitos.

No tempo, intensificam-se reações de defesa antipatriarcais de valores antes incontestados mediante legitimação natural, e mais que isso, prover ações de ruptura à institucionalização deste pensamento, por meio dos movimentos sociais, entre eles os das mulheres que visam o ataque e combate raízes de dominação das instituições.

Esse discurso confere um lugar central à relação da mulher com ela mesma; para combater formas de dominação e violência, enquanto atriz social, ela se

afirma como sujeito livre e não mero produto do poder do gênero masculino, mas antes buscando uma inversão de perspectiva para o contexto social e histórico em relação às opressões sociais que enclausuram os papéis sociais vertentes herdados de uma sociedade autoritária.

1.2

Mulheres Agredidas: violência doméstica e familiar

Os episódios de violência doméstica afetam o entorno da mulher e, inclusive as crianças do casal. A violência doméstica afeta e influencia todo o processo da relação familiar. Estatísticas mostram que homens que espancam suas parceiras também são violentos com as crianças dentro de casa, explica a psicóloga Maria Luíza Aboim (Instituto Patrícia Galvão). O exercício de práticas dos atores institucionais engendradas no patriarcalismo autoritário e disciplinador do domínio e submissão ao homem, a mulher e a família encontram-se em posição de opressão, mas de outro lado a mulher também encontra-se impregnada dessa ideologia dominante.

Como terminologia adotada neste estudo para designar a violência sofrida pela mulher por seus parceiros escolhemos violência doméstica e familiar, pois está de consonância com o prescrito pela Lei 11.340/96 – Lei Maria da Penha (LMP) e que é de uso corrente dos entrevistados. Nesta pesquisa, a violência contra a mulher ainda recebe classificações de violência de gênero, doméstica, familiar, violência intrafamiliar, violência de parceiro íntimo, violência conjugal (Lima, 2008).

Mas, recorrendo-se a LMP, lê-se:

O art. 5º da Lei “Maria da Penha” define violência doméstica e familiar contra a mulher como “qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, constituindo uma das formas de violação dos direitos humanos, independente de pena aplicada (2006).

Entende-se gênero por um conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença entre homens e mulheres é culturalmente significada e hierarquizada, onde pode-se destacar que a violência de gênero trata-se das desigualdades sócio-culturais, aceitas historicamente, em relação aos papéis construídos socialmente, distintos e fixados para homens e mulheres, por entre meio de uma cultura excludente e opressiva, na qual o poder masculino discrimina e nega os direitos das mulheres, isto na visão dos estudos de perspectiva feminista.

Exemplificando a violência contra a mulher realizada no âmbito doméstico e familiar, compreende-se aquela como sendo a que acontece no local de moradia ou na convivência diária, convivendo com agressores ou agressoras dentro do mesmo ambiente, e a violência familiar como de ordem parental independente de residirem na mesma moradia.

Violência Contra a Mulher

A violência contra a mulher é um problema público de saúde, segurança pública, justiça, e também educacional, altamente complexo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece a violência contra as mulheres como um grave problema de saúde pública porque afeta profundamente a integridade física e a saúde mental das mesmas (Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2002).

No Brasil, a questão da violência contra a mulher ainda é um desafio a ser superado. A gravidade deste problema afeta mulheres de todas as classes sociais; mulheres dos grandes centros urbanos e do interior do país. Fez com que o país tornar-se signatário de vários acordos internacionais concernentes direta ou indiretamente à questão da violência de gênero (SPM/PR). Para o governo brasileiro, o enfrentamento à violência contra a mulher tem sido uma de suas prioridades, ao menos no campo jurídico, e um compromisso de todos os dias após ser publicamente exposto pelo caso da farmacêutica Maria da Penha.

A Convenção de Belém do Pará (1994) define a violência contra a mulher como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano, morte ou

sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada, de acordo com esta Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada em junho de 1994. É um grave problema de saúde pública, de violação dos direitos humanos das mulheres e de justiça social e que afeta países do mundo todo (SPM/PR, 2005).

Schraiber & d'Oliveira (1999) apontam que a violência contra a mulher diz respeito a sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres. A Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), promulgada em 2006 e que se tornou referência para os trabalhos sobre o tema, define a violência doméstica e familiar contra a mulher como:

(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Atualmente se reconhece a violência contra a mulher (e mais especificamente, os atos perpetrados por parceiros ou ex-parceiros) como um tema de preocupação internacional (OMS, 2002), mas isso nem sempre foi assim. Em grande parte, coube ao movimento de mulheres e movimento feminista a tarefa de tirar essa temática do ambiente doméstico e familiar e ganhar uma discussão na esfera pública.

As primeiras manifestações e mobilizações conhecidas na história datam da década de 1970 e clamavam pela punição dos chamados crimes passionais e pediam a revogação do instituto da “legítima defesa da honra”. Bandeiras foram exibidas com os dizeres “*Quem ama não mata!*” e “*O silêncio é cúmplice da violência*”. Os primeiros programas desenvolvidos em parceria com o Estado ocorreram no fim da década de 1980, passando-se a seguir por estudos e pesquisas sobre a temática a partir da década de 1990 e chegando-se à promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006. O esforço por legitimidade nesses movimentos tem atuado de forma incansável pelos direitos das mulheres e por uma sociedade mais justa e equitativa.

Na década de 1980, o movimento feminista brasileiro tinha como principais bandeiras a saúde da mulher e a violência sofrida pelas mulheres. Nas diferentes ações para atrair atenção pública para estas temáticas, a violência doméstica contra a mulher foi inicialmente tratada a partir do referencial da justiça e como caso de polícia. Esta estratégia confrontou diretamente a aprovação velada (e muitas vezes ruidosa) de nossa sociedade frente a essa forma de violência e exigiu que a mesma fosse reconhecida como um crime. Contudo, apesar das ações iniciais terem derrubado parcialmente o muro de silêncio existente, o debate não avançou em alguns aspectos importantes, por exemplo, o da percepção da violência contra a mulher como um problema de saúde (Schraiber & D'Oliveira, 1999). Essa ampliação da discussão, repetindo para áreas como o desenvolvimento social, direitos humanos e saúde veio apenas nos anos 1990.

Apesar das dificuldades ainda enfrentadas na inserção deste tema, na saúde, se reconhece que os serviços de saúde se configuram num local privilegiado para detectar a violência contra a mulher, já que representam um dos únicos espaços públicos nos quais todas as mulheres terão alguma atenção aos seus problemas afetivos. Assim, este espaço tem um papel de grande importância na detecção do problema e na quebra do silêncio em torno do mesmo (Heise, 1994; Saffioti, 2004).

As diversas formas de violências sofridas por mulheres no âmbito doméstico e por parceiros íntimos apresentam algumas características específicas que as configuram como um grave problema de saúde pública: 1) os episódios de violência são repetitivos e tendem a se tornar mais graves; 2) são associadas com o aumento de diversos problemas de saúde nas mulheres; 3) a violência física é geralmente acompanhada por abuso psicológico e muitas vezes por abuso sexual e 4) geralmente, esta violência não é reconhecida nos diagnósticos realizados nos serviços de saúde. (Ministério da Saúde, 2001).

De acordo com a OMS (2002), um número crescente de estudos tem revelado o impacto negativo da violência dos parceiros para a saúde das mulheres. Algumas conseqüências apontadas: 1) Física: fraturas, distúrbios gastrintestinais, dano ocular etc.; 2) Sexual e reprodutiva: distúrbios ginecológicos, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, abortos inseguros etc.; 3) Psicológico e

comportamental: abuso de álcool e drogas, depressão e ansiedade, baixa auto-estima, desordens alimentares etc.; 4) Consequências fatais: mortalidade relacionada à AIDS, mortalidade materna, homicídio e suicídio.

De acordo com pesquisa desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 1998, o risco de uma mulher ser agredida em sua própria casa pelo pai de seus filhos, ex-marido ou atual companheiro, chega a ser oito vezes maior que sofrer algum ataque violento na rua ou no local de trabalho. Os homens também são alvos da violência, porém ao contrário da situação vivida pelas mulheres, os homens se envolvem em situações de violência com muito mais frequência na rua, e o agressor geralmente é um desconhecido ou alguém distante dele.

Em diferentes países da América Latina, diversos estudos apontam um alarmante número de mulheres que afirmam ter sido vítimas de violência física exercida diretamente por seu parceiro. Em alguns países, o percentual de mulheres que afirmou ter sido agredida fisicamente por um homem chegou a 50%, enquanto que o menor percentual foi de 20%. Mais da metade de todas as mulheres assassinadas no Brasil foram mortas por seus parceiros íntimos (Heise, 1994).

De acordo com pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2001) a cada 15 segundos uma mulher é agredida no Brasil, são mais de 2 milhões de mulheres espancadas a cada ano por maridos ou namorados – atuais ou antigos. Nessa pesquisa, 19% das mulheres declararam espontaneamente que já sofreram algum tipo de violência de um homem. Quando a mesma pergunta foi acompanhada por uma lista de formas de violência (agressão física; ameaça; cerceamento da liberdade; assédio sexual; violência psicológica etc.), a resposta das mulheres mais que dobrou, indo para 43%.

Em 2006, uma pesquisa do Instituto Patrícia Galvão¹⁰, realizada com mais de 2 mil sujeitos de ambos os sexos de todo o Brasil, trouxe dados que confirmam a preocupação da população com a violência contra as mulheres. Na pergunta

¹⁰ O Instituto Patrícia Galvão (www.patriciagalvao.org.br) é uma ONG de São Paulo que tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação demassa. Portal Violência Contra a Mulher: www.violenciamulher.org.br acesso em: 21/10/2008.

“Qual destes temas mais preocupa a mulher brasileira atualmente?”, 33% apontaram a violência contra as mulheres dentro e fora de casa, ficando à frente de temas como câncer de mama e útero, AIDS e o crescimento da AIDS entre mulheres e desigualdade de salários entre homens e mulheres. Na mesma pesquisa, 51% dos/as entrevistados/as declararam conhecer ao menos uma mulher que é ou foi agredida por seu companheiro.

A pesquisa “Violência Contra a Mulher e Saúde no Brasil - Estudo Multipaíses da OMS sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica”, realizada simultaneamente em oito países entre 2000 e 2001 é a mais ampla pesquisa sobre violência doméstica e suas repercussões na saúde da mulher desenvolvida no Brasil. No estudo, 2.645 mulheres de 15 a 49 anos foram entrevistadas na cidade de São Paulo e na Zona da Mata Pernambucana. Alguns dados apresentados pela pesquisa: 29% das mulheres de São Paulo e 37% das pernambucanas relataram algum episódio de violência física ou sexual cometida por parceiro ou ex-parceiro; as mulheres que sofreram violência relataram de 2 a 3 vezes mais a intenção e a tentativa de suicídio do que aquelas que não sofreram; as que relataram violência declararam com maior frequência o uso diário de álcool e problemas relacionados à bebida; o aborto foi quase 3 vezes mais frequente em mulheres que relataram violência física e sexual; 22% das mulheres de São Paulo e 24% das de Pernambuco nunca haviam relatado a violência para ninguém (Diniz, 2006).

Violência contra a mulher no Estado do Amazonas

A violência contra a mulher cresce no Amazonas, como registra a estatística fornecida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas¹¹, em 2006, o escore foi de 43 mil mulheres vítimas dos mais variados tipos de violência. Segundo pesquisa realizada pelo Ibope, solicitada pelo Instituto Patrícia Galvão (2006), para 55% da população a violência é um dos três principais problemas que afligem as mulheres e 51% dos entrevistados declararam conhecer ao menos uma mulher que já tinha sido agredida pelo seu companheiro. Dados da

¹¹ Na seqüência apresentamos o levantamento estatístico dos dados recentes de 2010.

Pesquisa Perseu Abramo, em 2001, revelaram que cerca de 43% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica¹².

O Relatório de 2007 do Poder Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas da Vara Especializada da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, divulgado com o lema “quem bate na Mulher machuca a família inteira”, fornece subsídios, em dados quantitativos do período: março/07 a fevereiro/08, donde constam os seguintes indícios: Processos entrados: 736; Processos em andamento: 567; Sentenças proferidas: 136; Decisões Interlocutórias: 237; Despachos Proferidos: 874. E, ainda, constata-se na maioria dos casos atendidos que 78% dos agressores são os companheiros das mulheres.

No que diz respeito aos dados da convivência e violência 71% das mulheres conviveram (ou convivem) há mais de 5 anos; 44% das mulheres sofreram violência no primeiro ano de relacionamento. As formas de violência então descritas são 55% Física: empurrões, tapas, socos, puxões de cabelo etc; 17% Psicológica: ameaça, chantagem, humilhação; 16% Moral: calúnia, injúria, difamação; 7% Sexual: forçadas a manter a relação sexual em troca de algo; 5% Patrimonial: subtração e destruição de objetos; queima de documentos e roupas.

Já em relação às causas da violência, para as mulheres, a principal seria o consumo abusivo de álcool e/ou drogas pelo companheiro; 49% dos homens afirmam que a infidelidade da mulher lhe faz praticar violência contra ela – “legítima defesa da honra”. Apurou-se também a porcentagem dos filhos que presenciavam a violência: 94% com possibilidade de naturalizar e reproduzir a violência e o machismo, e outras conseqüências: agressividade, desobediência à autoridade dos pais, baixo rendimento escolar dos filhos. E ainda, a maioria dos homens não reconhece a violência; 34% reconheceram, mas a justificaram na infidelidade; 13% reconheceram e se arrependeram: buscaram reconciliação.

O mencionado Relatório aponta como dificuldades: Falta de programas públicos de atendimentos às vítimas agressoras e familiares; Ausência de políticas públicas para tratamento e recuperação dos dependentes de álcool e drogas. Tendo

¹² Dados contidos no Documento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007).

como desafios: Buscar desconstruir a cultura de violência contra a mulher e estreitar as relações com outras instituições que trabalhem esta temática.

Decorridos três anos da publicação desse diagnóstico, é importante conhecer o que já foi alcançado, especialmente, na capital, Manaus, onde os casos de crimes contra mulher ganham cada vez mais visibilidade, devido os números de diversos crimes registrados na cidade, como revelam os dados cedidos pela Segurança Pública do Estado do Amazonas (Fig. 1, p.43).

Nota-se uma urgência cada vez maior, em estudos com foco nos homens, inserindo-os no debate da violência de gênero pela via masculina como ampliação dos esforços para combater as relações violentas evidenciando que os homens devem se responsabilizar por seus atos ao serem envolvidos no processo de erradicação da violência conjugal nos lares manauenses, bem como oportunizar àqueles, uma outra forma, de lidar com sentimentos e emoções por meio de uma reeducação de masculinidade respeitando a perspectiva da equidade de gênero.

Para isto, encontra-se apoio no marco legislativo, a chamada Lei Maria da Penha, tendo em vista no seu escopo a possibilidade de atenção e intervenção aos HAV.